



Prefeitura de Mauá - SP
Professor Educação Básica I – PEB I

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia oficial	1
Acentuação gráfica.....	10
Flexão nominal e verbal	12
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	16
Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo	21
Concordância nominal e verbal.....	21
Regência nominal e verbal	23
Ocorrência de crase	26
Pontuação	27
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)	32
Intelecção de texto	33
Questões	35
Gabarito.....	46

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual.....	1
A construção do conhecimento	2
Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem.....	4
O processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica	9
A avaliação da aprendizagem	11
Constituição da república federativa do brasil – artigo 5º, artigos 37 ao 41, 205 a 214 e 227 ao 229.....	13
Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.....	31
Lei federal nº. 9394, De 20/12/1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	98
Resolução cne/ceb nº. 02, De 11 de setembro de 2001 – institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica	130
Resolução cne/ceb nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	135
Resolução cne/cp nº 04/2010 – define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.....	138

SUMÁRIO



Resolução cne/cp nº 02/2017 – institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica	154
Questões	164
Gabarito.....	170

BIBLIOGRAFIA

Almeida, geraldo peçanha de. Neurociência e sequência didática para a educação infantil. Livro certo, 2012	1
Bacich, I.; Moran, j. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática. Porto alegre: penso, 2017.....	2
Brasil. Ministério da educação. Campos de experiências: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil. São paulo: fundação santillana,2018.....	2
Edward, carolyn; gandini, lella; forman, george. As cem linguagens da criança. Volume 1: a abordagem de Reggio Emilia na educação, porto alegre: penso, 2015	4
Forneiro, I.I. – A organização dos espaços na educação infantil. In. Zabala, m.A. – Qualidade em educação infantil. Porto alegre: artmed, 1998	5
Lerner, delia — a matemática na escola: aqui e agora. 1ª ed. Artmed, 1995	7
Lerner, delia — ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. 1ª ed. Artmed, 2002.....	8
Luckesi, cipriano carlos — avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22ª ed. São paulo: cortez, 2011	9
Mantoan, maria teresa eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: mantoan, maria teresa eglér (org.) Pensando e fazendo educação de qualidade. São paulo: moderna, 2001	9
Moran, j. Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje. Texto publicado no livro ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação, organizado por bacich, tanzi & trevisani – porto alegre: penso, 2015.....	11
Solé, isabel — estratégias de leitura. 6ª ed. Penso, s.D	12
Weisz, telma — o diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª ed. Ática, 2000.....	18
Zabala, a. – A prática educativa: como ensinar. Porto alegre: artmed, 1998	18

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MEC – Base Nacional Curricular Comum – Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil, campos de experiências, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil, transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica, competências específicas de Linguagens, Língua Portuguesa Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e História	1
Língua portuguesa: leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).....	55
Alfabetização e letramento	57
Gêneros textuais	59

SUMÁRIO



Descritores e ensino de língua portuguesa	76
Discussão, narração e dissertação	78
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	80
Concordância verbal e nominal	83
Regência verbal e nominal	83
Colocação pronominal.....	84
Crase	84
Matemática: operações com números reais.....	84
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	87
Razão e proporção	90
Porcentagem. Regra de três simples e composta.....	92
Média aritmética simples e ponderada.....	96
Juro simples	98
Equação do 1.º e 2.º graus.....	99
Sistema de equações do 1.º grau	104
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	107
Sistemas de medidas usuais.....	111
Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de pitágoras .	116
Resolução de situações-problema	133
Atualidades: questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do primeiro semestre de 2024, divulgados na mídia local e/ou nacional	139
Questões	310
Gabarito.....	321

SUMÁRIO



A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

— O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

- **Nomes próprios estrangeiros:** Exemplo: Kátia, William, Yakov.
- **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Exemplo: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.



O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.

Educação Superior

O ensino superior no Brasil é dividido em:



Bibliografia

O livro *Neurociência e Sequência Didática para a Educação Infantil*, de Geraldo Peçanha de Almeida, publicado em 2012, aborda de forma inovadora a relação entre o funcionamento do cérebro e as práticas pedagógicas voltadas para a primeira infância. O autor explora como os avanços da neurociência podem contribuir para o desenvolvimento de sequências didáticas mais eficazes, considerando o modo como as crianças pequenas aprendem, processam informações e constroem conhecimentos. O foco do livro está na importância de planejar atividades que estejam em sintonia com o desenvolvimento neurológico das crianças, promovendo experiências significativas que favoreçam o aprendizado de forma natural e eficiente.

A neurociência, enquanto campo que estuda o sistema nervoso e suas funções, oferece insights valiosos para a educação, especialmente ao destacar a plasticidade cerebral, ou seja, a capacidade do cérebro de se modificar em resposta às experiências vividas. Essa plasticidade é especialmente intensa nos primeiros anos de vida, período crítico para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais. Compreender esses processos é essencial para que educadores possam criar ambientes de aprendizagem que estimulem o potencial das crianças de maneira adequada às suas necessidades e ritmos de desenvolvimento.

O autor defende que a sequência didática deve ser elaborada com base em princípios que considerem o funcionamento do cérebro em diferentes etapas do aprendizado. Isso envolve a organização de atividades de forma progressiva, partindo de conhecimentos prévios das crianças e avançando para novos desafios que estimulem a curiosidade, o interesse e o engajamento. O planejamento de uma sequência didática eficaz inclui momentos de exploração livre, atividades dirigidas, oportunidades de interação social e reflexão sobre o que foi aprendido, respeitando o tempo de atenção e as particularidades de cada criança.

Um dos pontos centrais da obra é a valorização do brincar como uma estratégia pedagógica fundamental. A neurociência comprova que o jogo e a ludicidade não são apenas formas de entretenimento, mas processos complexos que promovem o desenvolvimento de funções cognitivas importantes, como a memória, a atenção, o raciocínio lógico e a linguagem. O brincar favorece ainda o desenvolvimento emocional, permitindo que as crianças experimentem diferentes papéis, expressem sentimentos e aprendam a lidar com desafios de forma criativa. Para o autor, o educador deve atuar como um mediador, criando situações que estimulem o pensamento crítico, a imaginação e a autonomia, sempre em um ambiente afetivo e seguro.

Outro aspecto relevante tratado no livro é a importância das emoções no processo de aprendizagem. O cérebro aprende de forma mais eficiente quando o indivíduo está emocionalmente engajado. A afetividade, o vínculo com o professor e o clima positivo na sala de aula são fatores que influenciam diretamente a motivação para aprender. Experiências prazerosas ativam áreas do cérebro relacionadas à memória e à consolidação do aprendizado, enquanto situações de estresse crônico podem prejudicar o desenvolvimento cognitivo. Por isso, o planejamento das sequências didáticas deve incluir atividades que despertem o interesse e o entusiasmo, promovendo um ambiente acolhedor e estimulante.

O autor também discute a importância da repetição e da revisão de conteúdos, aspectos fundamentais para a consolidação das aprendizagens. A neurociência mostra que o cérebro precisa de múltiplas exposições a um mesmo conteúdo para que ele seja armazenado de forma duradoura na memória de longo prazo. No entanto, essa repetição deve ser feita de maneira criativa e variada, evitando a monotonia e mantendo o interesse da criança. O uso de músicas, jogos, histórias e atividades sensoriais são exemplos de estratégias que permitem a revisão de conceitos de forma lúdica e significativa.

A interação social é outro elemento-chave no processo de aprendizagem, conforme destacado por Almeida. O cérebro humano é social por natureza, e o aprendizado ocorre de forma mais eficaz em contextos que envolvem a troca de ideias, o trabalho em grupo e a colaboração. A interação com pares e adultos proporciona a construção de significados compartilhados, o desenvolvimento da linguagem e a internalização de normas e valores sociais. O autor enfatiza que o professor deve criar oportunidades para que as crianças aprendam umas com as outras, promovendo o diálogo, a escuta ativa e o respeito à diversidade de pensamentos.



Conhecimentos Específicos

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br